

Especialista da Swiss Re considera que modalidade deve deslanchar no país

Florian Kummer: Brasil já tem boas agências de monitoramento dos índices paramétricos

Em dez anos, o setor de resseguros no Brasil poderá evoluir da atual penetração de 3% para algo em torno de 30% se o mercado conseguir ser relevante para a sociedade brasileira, que é complexa e ainda precisa enxergar os reais benefícios da proteção do seguro. A avaliação é de Florian Kummer, diretor de subscrição de resseguros de ramos elementares para a América Latina da Swiss Re, que apresentou a palestra sobre Resseguro Paramétrico, que ele considera um complemento ao resseguro tradicional e uma das possibilidades de deslanchar o setor no país.

Kummer comparou as diferenças existentes entre o resseguro tradicional e o paramétrico. O primeiro paga a indenização ao ocorrer o sinistro, mas é sujeito ao dispositivo de ajuste do sinistro, que pode elevar o tempo para o pagamento. Já o paramétrico depende da superação de um índice paramétrico – que pode ser a escala de intensidade de um terremoto, o índice pluviométrico de uma tempestade etc – funcionando como um gatilho para o pagamento da indenização e dispensando o ajuste de sinistro.

“A transparência também é maior no paramétrico, pois ajuste de sinistro é algo complexo para explicar ao cliente, enquanto o paramétrico, com o índice de gatilho, é mais simples de ser compreendido. A cobertura também é mais restrita no seguro tradicional, enquanto que no paramétrico é mais ampla de acordo com a decisão do cliente”, acrescenta Kummer.

Ele explicou que um dos pontos polêmicos é o risco básico, assegurando que o resseguro paramétrico minimiza esse risco. Mas alertou que, para isso, são necessários modelos de alta qualidade para garantir a melhor correlação possível entre o sinistro real e o pagamento do paramétrico.

As oportunidades de aplicação desse tipo de resseguro são inúmeras no Brasil. A começar pela

restrição de oferta de coberturas complexas para certos riscos ou segmentos de mercado como ocorre no seguro tradicional contra alagamentos e lucros cessantes para indústrias, por exemplo. Outra vantagem é a vinculação com o mercado financeiro internacional, o que é fundamental para se obter capacidade em larga escala.

Mas ele destacou que, para o segmento se firmar no país, é preciso investimentos em pesquisa e desenvolvimento para entender e classificar o risco; a criação de bases de dados abrangentes com recursos de big data; a definição dos pontos de entrada e de saída em função da probabilidade de superação dos índices paramétrico; e se definir a cobertura para área de frequência ou diversidade.

“Também são necessários sistemas de medição eficientes por meio de agências de monitoramento independentes que definam a superação dos índices paramétricos”, observa. Para ele, o Brasil já tem boas agências como o Centro Nacional de Monitoramento de Alertas e Desastres Ambientais, o CPTEC e o INPE.

Para finalizar, Kummer alertou que o Brasil tem um cenário de tendências que mostra um incremento de catástrofes que se agravam com a falta de proteção, o que poderá gerar um crescimento significativo das perdas esperadas. “Em 2010 havia 33 milhões de pessoas expostas a eventos de catástrofes, em 2030 esse número saltará para 42,5 milhões. As perdas econômicas no mesmo período devem saltar de R\$ 1,4 bilhão para 4,06 bilhões, advertiu.

Fonte: [CNseg](#), em 17.04.2015.